

4 Juventude como conceito

Não seria adequado apresentar uma pesquisa que teve como foco um estudo sobre jovens sem antes explicitar qual conceito de juventude foi tomado como base. Nesse sentido, a discussão fomentada por Margulis e Urresti (1998), para mim, trouxe brilho ao emaranhado de ambigüidades e simplificações tão freqüentes quando a definição dessa categoria tenta ser apresentada como ponto de partida. No entendimento desses dois autores, “a juventude é mais do que uma palavra” (idem), ultrapassando, devido à sua complexidade, as definições apressadas que encontram nas faixas etárias um crivo demarcador.

As idades não podem definir a juventude, justamente por a mesma ser múltipla e relativa, não existente no singular. A juventude não existe enquanto categoria *per se*, mas se desdobra em matizes que as características de cada geração, classe, lugar, linguagens e formas de socialidade contribuem para configurar.

A contextualização histórica se torna imprescindível para alicerçar debates sobre esse tema, pois não se pode perder de vista que a juventude, como etapa da vida com idiosincrasias próprias, aparece diferenciada na sociedade ocidental apenas a partir do séc. XVIII e XIX. Somente então a juventude começa a ser identificada como período em que se goza certos privilégios, um período de permissividade que se situa entre a maturidade biológica e a maturidade social, que legitima socialmente um tempo livre, desprovido de maiores exigências e com posterga de demandas.

Esta “moratória social”, nos termos propostos por Margulis e Urresti (1998) é um privilégio para certos jovens, pois ter a possibilidade de retardar o momento de assumir de forma plena as responsabilidades econômicas e familiares não é uma possibilidade para todas as classes sociais:

A moratória social alude ao que, com a modernidade, grupos crescentes, que pertencem comumente a setores sociais médios e altos, postergam a idade do casamento e da procriação para que durante um período cada vez mais prolongado, tenham a oportunidade de estudar e de avançar a sua capacitação em instituições de ensino (...)

(Margulis e Urresti, 1998, p.5)

Sabe-se, entretanto, que muitos jovens são impelidos a trabalhar desde a infância ou adolescência, muitas vezes abandonando a escola para contribuírem para a renda familiar. Se esses jovens não podem gozar da moratória social, os mesmos não poderiam por essa ótica ser considerados, então, jovens?

Para desfazer esse impasse – introduzido no texto pelos próprios autores - Margulis e Urresti acrescentam a idéia de “moratória vital”: não é porque se basear no corpo como a manifestação primeira e mais evidente da juventude seja reducionista que a idade não deva ser levada em conta para se pensar a juventude como categoria social. Independente da moratória social, jovens são todos aqueles que gozam de um “plus de tempo, um excedente temporal, que é consideravelmente maior que das gerações anteriores coexistentes”. (1998, p.10)

Margulis e Urresti chamam de “facticidade” a relação existente entre essas duas moratórias, a social e a vital, pois combinadas levam ao entendimento de que “a juventude não seja apenas uma palavra, uma estética ou uma moratória social, mas um posicionamento temporal” (1998,p.10). A dita estética jovem tem sido utilizada como termômetro para classificar a juventude, mas segundo os autores essa percepção não tem força para encerrar o conceito. Se a juventude é processada como motivo estético ou fetiche publicitário, através de estilos de vida, gostos, preferências, looks, imagens e indumentárias, Margulis e Urresti (1998) entendem que esse conjunto de signos desenha não a juventude, mas a juvenilização – oferecida como produto mercadológico, podendo ser adquirido por aqueles que desejarem consumi-lo independentes da idade. Para ficar claro a definição do conceito de juventude defendido, além de categorizar a juvenilização, os autores distinguem a juventude da jovialidade, ou seja, do jovem com o juvenil.

Isso significa que é possível ser juvenil sem ser jovem. Por outro lado, não é verdadeiro que para ser jovem a ostentação dos ditos signos da juventude (juvenilização) deva estar presente. Daí a importância do acréscimo da idéia de moratória vital, pois instaura um menor espaço de irreversibilidade para os caminhos escolhidos, potencializando-se as possibilidades de entrega ao “hoje” pelos jovens, pois a impressão de ser ter ainda muito tempo pela frente torna-se vívida e pulsante.

Os questionários aplicados aos 70 universitários ligados a ENECOS demonstraram a aplicabilidade do conceito de moratória social nesse grupo. As tabelas abaixo servem de referência para a discussão.

Idade

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	18-19 anos	11	15,7	16,4	16,4
	20-21 anos	27	38,6	40,3	56,7
	22-23 anos	25	35,7	37,3	94,0
	24 anos ou mais	4	5,7	6,0	100,0
	Total	67	95,7	100,0	
Missing	-99	2	2,9		
	System	1	1,4		
	Total	3	4,3		
Total		70	100,0		

Você auxilia na renda familiar?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	14	19,7	20,6	20,6
	não	54	76,1	79,4	100,0
	Total	68	95,8	100,0	
Missing	-99	1	1,4		
	System	2	2,8		
	Total	3	4,2		
Total		70	100,0		

Com quem você mora?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	com os pais	54	76,1	78,3	78,3
	sozinho	5	7,0	7,2	85,5
	em república	8	11,3	11,6	97,1
	com namorado	1	1,4	1,4	98,6
	com parentes	1	1,4	1,4	100,0
	Total	70	97,2	100,0	
Missing	System	2	2,8		
Total		71	100,0		

Como se pode ver, os estudantes que responderam ao questionário estavam situados na faixa de 18 a 24 anos e além de serem universitários, eram solteiros, não tinham filhos e 79,80% não contribuíam para a renda familiar. Vale a pena ressaltar que, o grupo não apresenta indícios de atraso escolar, pois, inclusive, dos 4 estudantes com mais de 24 anos, 3 estavam cursando a segunda faculdade ou habilitação.

As tabelas abaixo trazem informações complementares:

Você trabalha?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	-99	5	7,0	7,2	7,2
	sim	19	26,8	27,5	34,8
	não	45	63,4	65,2	100,0
	Total	69	97,2	100,0	
Missing	System	2	2,8		
Total		71	100,0		

Você faz estágio?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	sim	32	45,1	46,4	46,4
	não	37	52,1	53,6	100,0
	Total	69	97,2	100,0	
Missing	System	2	2,8		
Total		71	100,0		

Qual turno?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	manhã	35	50,0	52,2	52,2
	tarde	10	14,3	14,9	67,2
	noite	15	21,4	22,4	89,6
	Integral	7	10,0	10,4	100,0
	Total	67	95,7	100,0	
Missing	-99	2	2,9		
	System	1	1,4		
	Total	3	4,3		
Total		70	100,0		

O emprego é na área de Comunicação Social?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	não	8	11,3	11,6	11,6
	sim	32	45,1	46,4	58,0
	não trabalho	29	40,8	42,0	100,0
	Total	69	97,2	100,0	
Missing	System	2	2,8		
Total		71	100,0		

Os universitários que trabalham comumente optam por estudar a noite. Do grupo pesquisado, entretanto, apenas 22,4% estão inscritos no turno noturno. Para confirmar minha hipótese de que esses estudantes podem desfrutar da moratória social, a informação de que 63,4% dos estudantes não trabalham parece significativa. Dentre os que estudam e trabalham, no entanto, 45,1% estão inseridos dentro da área de Comunicação Social, o que somado a informação de que 76,1% não auxiliam na renda familiar delineia uma postura específica: o trabalho não precisa ter conotação de necessidade de responsabilidade financeira, sendo visto muito mais como uma instância formativa, de aperfeiçoamento profissional.

Não se pode esquecer que 45,1% dos atores fazem estágio – situação que é posta em reflexão pelo próprio grupo, principalmente por considerarem que a forma como esse espaço de formação tem sido posto em prática tem deixado

muitas lacunas. No ERECOM-Rio 2005 (Encontro Regional dos Estudantes de Comunicação Social), cujo o tema foi a Qualidade de Formação do Comunicador Social, a questão da regulamentação do estágio foi priorizada.

Os estudantes reivindicam que as atividades propostas pela instituição empregadora deverão estar circunscritas ao conhecimento específico da área de Comunicação Social e não de secretariado ou serviços contínuos. Esses atores ainda criticam a atual política de contratação de estagiários sem remuneração (ou com remuneração insignificante, segundo os mesmos) para que assumam a vaga como jornalistas profissionais, assinando matérias sem o acompanhamento condizente. Essa prática faz com que se configure um espaço no qual a dispensa por contratações efetivas em nome da utilização de “mão-de-obra estudantil” continue em vigor – o que é avaliado como o grupo como extremamente negativo.

A estudante Sue¹⁰, então coordenadora da Regional São Paulo, foi convidada pela Regional Rio para compor uma mesa no ERECOM-Rio e discursar sobre essa questão, quando fez provocações ao auditório. Sue questionava o papel da universidade que tem encaminhado cada vez mais cedo os estudantes ao estágio. Por que não haveria estímulo para que os estudantes pudessem se dedicar mais à universidade, à Iniciação Científica, ao contato com os movimentos sociais?

Estipulando que os estudantes devam procurar estágios o quanto antes, esvazia-se um tempo que poderia ser de organização estudantil, reflexões e práticas de atuação na comunidade, assim como momento para se produzir de forma mais independente. Eles não querem ter que desde cedo aprender a trabalhar segundo os padrões dos manuais de redação – dizem que isso se aprende quando se é contratado - mas para experimentarem o tempo universitário como possibilidade de criar novas linguagens, abordagens e formatos em Comunicação Social. Os estudantes pedem espaço e tempo para se experimentarem enquanto criativos, críticos e transformadores sociais. Sem perceberem, esses jovens lutam para que uma moratória universitária seja instituída.

¹⁰ A pedido dos estudantes, os nomes não são fictícios. Aceitei a requisição dos mesmos por dois motivos. Primeiro por ter passado os nove meses da observação participante fazendo registros audiovisuais do grupo, ou seja, ali suas idéias e ações estavam explicitamente vinculadas às suas imagens e segundo pelos estudantes se perceberem como pessoas públicas, devido ao envolvimento com o movimento estudantil.

Fica delimitado a partir das tabelas que o grupo estudado está marcado pelo privilégio de desfrutar da moratória social – por lhes poder ser oferecido um *tempo livre* para que se dediquem somente ao estudo, sem a necessidade de arcar com responsabilidades financeiras. Para Margulis e Urresti (1998), não é qualquer tempo livre que contribui para que configure a moratória social. Os autores chamam atenção para o fato de que muitos jovens das classes populares também podem gozar de abundante tempo livre, mas se as condições para a existência desse tempo são devido à falta de oportunidades, podem se instaurar a culpa, a marginalidade, delinquência e desespero – sensações opostas às de incentivo e compreensão oferecidos quando a família pode escolher oferecer os parênteses temporais aos jovens.

O que chamou atenção para a essa pesquisa foi a possibilidade de perguntar por que esse grupo de jovens tem optado por utilizar seus tempos livres para além da dedicação às salas de aula, extrapolando os muros da universidade para convidar a sociedade a pensar junto como eles dentre outras coisas, o sistema de comunicação social brasileiro. Para essa discussão, faço com que Margulis e Urresti passem o bastão a Martín-Barbero, meu companheiro de viagem para pensar as mediações.